

PLANO DE GOVERNO

RIO GRANDE DO SUL 2023-2026

ROBERTO ARGENTA – GOVERNADOR

NÍVEA ROSA – VICE-GOVERNADORA

PSC – SOLIDARIEDADE - AGIR

**O EMPREGO GARANTE O PRESENTE E A EDUCAÇÃO
GARANTE O FUTURO**

**PROGRAMA DE RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
PENSANDO ESTRATEGICAMENTE, AGINDO
CONCRETAMENTE e AVANÇANDO 40 ANOS EM 04**

ELEIÇÕES 2022

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR.....	3
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO E UM BREVE DIAGNÓSTICO DO ESTADO ATUAL.....	4
A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE GOVERNO EM INTIMIDADE COM AS COMUNIDADES... 	5
1. SAÚDE	5
2. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA/INOVAÇÃO E ESCOLAS TÉCNICAS	6
3. SEGURANÇA, PACIFICAÇÃO SOCIAL E JUSTIÇA	8
4. INFRAESTRUTURA	9
5. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	10
6. AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO	11
7. EMPREGO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO	12
8. IRRIGAÇÃO	13
9. DESENVOLVIMENTO DA METADE SUL	14
10. AGRICULTURA FAMILIAR	14
11. ASSISTÊNCIA SOCIAL E ESPORTE	15
12. DESPERDÍCIO ZERO	16
CONCLUSÃO	18

"Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina."

Cora Coralina

CARTA AO ELEITOR

Mais do que cumprir a formalidade de entrega do PLANO DE GOVERNO contida na Lei 9.504/97, venho expressar nesse documento, minhas convicções baseadas em vivências práticas e concretas na área empresarial, sem afastar-me das experiências que também tive na vida pública, e que poderão juntas, viabilizar com êxito, a evolução do Estado Gaúcho, 40 anos em 04.

A velha e arcaica política, deteriorada e sempre habilidosa na manutenção dos privilégios que garantem o seu continuísmo, é um ciclo vicioso que precisa ser quebrado, com coragem e vontade de trabalhar!

Sim, muito trabalho eu terei para efetivar mudanças necessárias e profundas na estrutura do Estado e nas leis, mas trabalho é meu combustível.

Sou agente novo e sem vícios e não vou permitir que tirem de mim o que aprendi por toda minha vida: disciplina, planejamento, inovação e a busca incessante por resultado prático.

A força motriz de meu Governo será gerar empregos e desenvolvimento econômico e social, pensando estrategicamente, agindo concretamente e avançando 40 anos em 04, sem abrir mão da ética, da transparência em meus atos, do diálogo acima de tudo e com todos, e do respeito à diversidade humana.

A política deve estar a serviço dos que querem fazer, e não dos que querem assistir, e pior querem manter os velhos problemas sem solução.

Quero que o povo gaúcho volte a ter orgulho de nossa Querência Amada, e para alcançar esse objetivo angariei profissionais ilibados, das mais variadas áreas, para que juntos comigo construíssem as bases sólidas e descomplicadas de meu Plano de Governo, que dará prioridade àquilo que é essencial para o Estado dar um salto em desenvolvimento econômico, humano e social.

Tenho orgulho de ter investido toda minha vida empresarial em negócios que cresceram e se desenvolveram com muito trabalho, dentro do nosso Estado. Quero que outros investidores também tenham o êxito que tive, criando mais empregos, mais ambiente de negócios, gerando mais riquezas para o Estado e menos burocracia para os cidadãos, e assim vamos concretizar nossos objetivos **JUNTOS!**

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO E UM BREVE DIAGNÓSTICO DO ESTADO ATUAL

Por meio deste Plano de Governo os eleitores poderão conhecer a forma de pensar do ARGENTA, as prioridades que estabeleceu e as alternativas que considerou mais adequadas e eficazes para colocarmos o RIO GRANDE novamente em liderança no cenário Nacional.

Este Plano está dividido em 12 (doze) temas que ARGENTA acredita sejam os essenciais e prioritários para governar o Estado: 1) acesso à **saúde** de forma ágil e resolutiva; 2) **educação, ciência, tecnologia/ inovação** com ênfase em escolas técnicas e no ensino profissionalizante; 3) **segurança, pacificação social e justiça** com ênfase na integração de todos os órgãos da segurança pública e no investimento nos serviços de inteligência para o combate ao crime; 4) reconstruir a **infraestrutura** do Estado; 5) atuar no campo da **administração e finanças** simplificando os processos burocráticos e promovendo a recuperação fiscal; 6) atuar na **agricultura e no agronegócio** acelerando o FUNDOPEM para estímulo da agroindústria e reforço à produção de energias renováveis; 7) **emprego, desenvolvimento econômico e turismo** com ênfase na aprovação ágil de projetos que acelerem novos empreendimentos, indústrias e que coloquem o Rio Grande como destino nacional e internacional do turismo; 8) **irrigação** e outros sistemas de açudes e represas acessíveis aos produtores e pequenas propriedades; 9) promover intensamente o **desenvolvimento da metade sul** do Estado, com ênfase a atrair indústrias e agroindústrias para a Região; 10) priorizar a **agricultura familiar** e a identificação de novas culturas por regiões, de modo a ampliar a renda do pequeno produtor rural; 11) **assistência social e esporte** com ênfase no apoio aos trabalhos comunitários e na inclusão social através do esporte; 12) **desperdício zero** promovendo o controle rigoroso de todas as despesas e a venda de inúmeros imóveis do Governo que estão subutilizados.

Para cada sessão será apresentado o **contexto gaúcho** em relação àquele assunto e, logo em seguida, **propositivamente**, se apresentam algumas diretrizes e ações que ARGENTA apresenta para cada área, informando **o que fazer** e **como fazer**, para alcançar o resultado almejado e assim libertar o povo sul-rio-grandense, do "senso comum".

Iniciamos o trabalho com um célere diagnóstico.

O Rio Grande do Sul vem passando por uma grave crise financeira desde 1970, gerando dívidas que em 2021 chegam a aproximadamente R\$ 80.000.000.000,00 (oitenta bilhões), a maior parte devida à União. O último e atual Governo, mau beneficiando-se de uma liminar judicial, suspendeu integralmente o pagamento dessa dívida, em 2017, o que lhe permitiu, diferentemente de outros que a pagaram, colocar em dia a folha de pagamento do funcionalismo público e retomar investimentos, tudo viabilizado pela "rasteira legalizada" dada sobre a União, deixando ao próximo Governo a incumbência de assumir os contratos e dar efetividade ao pagamento da dívida feita.

A realidade que se aproxima será dura, porque, a vingar a negociação e o acordo draconiano feito pelo atual Governo com a União, o Estado terá que quitar milhões da dívida com a União, até 2031, problema grave, que hoje é problema "de Estado", e é "de todos", e não de uma gestão em especial.

Uma das grandes pressões nas contas públicas do Rio Grande do Sul, passa também, pelo crescimento dos gastos, inclusive com servidores. Será preciso buscar o crescimento de receitas de maneira sustentável, sem fiar-se apenas na ajuda do Governo Federal como feito na gestão 2019-2022.

Logo, conclui-se sem muito esforço, que as condições políticas, sociais e econômicas para a próxima gestão não são das melhores. É preciso seriedade, responsabilidade e principalmente credibilidade ao próximo governador, para que seja capaz de **mobilizar toda a sociedade** no resgate do nosso estado.

Assim, para que o eleitor seja capaz de votar conscientemente, é preciso que ele compreenda que a melhora do Rio Grande do Sul depende de uma mudança no modo de fazer a gestão pública, começando por reformas primordiais que rompam com o círculo vicioso de desequilíbrio em que nos encontramos.

A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE GOVERNO EM INTIMIDADE COM AS COMUNIDADES

O candidato ARGENTA esquadrinhou todos os municípios do Rio Grande do Sul, e teve a oportunidade de checar presencialmente mais de 350 deles, visualizando as necessidades do povo local e as carências de cada região, de modo a amadurecer propostas práticas e melhores soluções em áreas prioritárias: emprego, educação, saúde, segurança, produção agrícola, industrial, de serviços, infraestrutura, entre outras.

Foi assim que este plano foi construído, com a contribuição da sociedade civil organizada, representada pelas federações, associações da agricultura, indústria e comércio, sindicatos rurais, instituições de ensino, lideranças comunitárias, autoridades religiosas e dirigentes municipais de todo o nosso Rincão.

ARGENTA sentiu na pele a sede de participação voluntária e individual de centenas de pessoas de boa vontade que dele se aproximaram, por identificarem uma possibilidade nova de real mudança na vida do cidadão gaúcho.

Nos mais variados segmentos foram feitos diversos encontros, onde foi aberta a fala ao cidadão, para que fossem ouvidos e tivessem a oportunidade de discorrer sobre a situação dos seus municípios e regiões.

Após cada encontro, o candidato se dedicou a elaborar propostas para a solução dos problemas relatados, avaliando-se a viabilidade e efetividade de cada uma, e assim foi construído o PLANO DE GOVERNO, com muita intimidade com as Comunidades.

Nesse cenário então, que ARGENTA: (1) realizará um trabalho conjunto com a Sociedade Gaúcha, buscando apoio também, da Presidência da República e seus Ministérios, dialogando permanentemente com Deputados Federais, Estaduais, Senadores, Prefeitos e Vereadores; (2) focará seus esforços na busca de um Estado eficiente, ágil e à disposição dos cidadãos; (3) buscará reduzir efetivamente os gastos e diminuir a burocracia; (4) implementará o programa "*conquistando a perfeição no atendimento ao cidadão*"; (5) promoverá uma reforma administrativa, reduzindo em 40% o número de secretarias, e em 30% os cargos comissionados, e por fim; (6) doará integralmente a remuneração do cargo de Governador para projetos de desenvolvimento social. Executará os 12 temas acima citados, com base nas seguintes diretrizes:

1. SAÚDE

Contexto Gaúcho sobre o tema: a saúde pública estadual pode ser encarada como o pior exemplo entre os serviços prestados pelo Estado. Em toda a rede faltam medicamentos, médicos e leitos. Os recursos são insuficientes e mal aplicados. O Estado do Rio Grande do Sul, um dos mais modernos do país e com o quarto maior orçamento do país, insiste em não tratar devidamente as questões de doenças sociais, relacionadas principalmente à pobreza e às condições precárias de saneamento e habitação. A dengue continua presente no cotidiano da população do estado, que agora foi incrementado com a volta da febre amarela (que estava praticamente erradicada). O Estado do Rio Grande do Sul tem péssima cobertura de atenção básica de saúde. Não há planejamento, não há estratégia para a mudança do cenário.

É preciso dizer que também há uma ausência do Estado como mobilizador/facilitador/fiscalizador das políticas de saúde. A falta de regulação é outro grave problema. Hoje o Estado controla algumas poucas especialidades pactuadas e o restante fica a cargo dos municípios. Tal situação leva ao uso inadequado dos serviços ofertados, havendo sobrecarga em alguns locais e subutilização em outros.

Hoje não existe controle eficiente de gastos na saúde pública. Não se sabe o custo dos procedimentos e a remuneração dos profissionais é desequilibrada, o que impede a avaliação da eficiência dos serviços prestados.

O que fazer? Agir concretamente para resolver o problema da saúde, com priorização no acesso ágil, resolutivo e na prevenção. Fazer uma grande expansão da cobertura de atenção básica da saúde da família e aumentar os recursos para a área de saúde primária. O Estado vai

cumprir seu papel constitucional de coordenar as ações de saúde, e auxiliar os municípios, já que estes possuem pouca estrutura. Para alcançar um nível de saúde satisfatório, o indivíduo deve ter acesso a um médico de confiança, responsável pelo acompanhamento de seu bem-estar, **dentro da sua comunidade**, que cuide do fluxo de encaminhamentos médicos e informações ao longo do sistema de saúde. Somente dessa forma, será possível diminuir a necessidade de atendimentos em hospitais, evitar o uso desnecessário de medicamentos e reduzir o risco das intervenções médicas.

Como fazer?

1. Apoiar ao "SUS" para seu funcionamento ágil e resolutivo.
2. Equipar os Hospitais comunitários para o atendimento o mais próximo possível do cidadão, criando redes com maior suporte médico e de exames em mais cidades.
3. Desenvolver projetos que reduzam o tempo de espera dos encaminhamentos.
4. Renovar a política de remuneração dos hospitais, para fomentar estruturas mais eficientes, as quais receberão valores diferenciados.
5. Estabelecer um ranking permanente para incentivar a competição entre os hospitais.
6. Propor a organização do sistema de regulação, nos moldes do Estado de SP, garantindo o acompanhamento e cumprimento de metas a serem estabelecidas.
7. Fortalecer a capacitação e valorização dos profissionais de saúde do estado, de forma a garantir um atendimento de qualidade, eficiência e focado no cuidado ao cidadão.
8. Fazer a Secretaria Estadual de Saúde reassumir o seu papel como articuladora da saúde do estado junto aos municípios.
9. Estabelecer convênios com os municípios para a construção de Clínicas da Família, ou contratação na rede privada por meio de parcerias público privadas, que permitam a disponibilização de novas equipes.
10. Reorganização da Central de Regulação de Leitos, racionalizando o uso de leitos de alta complexidade.
11. Revitalizar o serviço de telessaúde, disponibilizando-o para a atenção primária do Estado e racionalizando a solicitação por serviços especializados.
12. Buscar parcerias Público-Privadas para implementar reformas necessárias nos hospitais de referência em cada região.
13. Melhorar o atendimento de toda a rede de atenção materno-infantil, garantindo a prestação do serviço de maneira humanizada desde a concepção até o nascimento.
14. Atuar em conjunto com as demais secretarias do estado, para garantir uma atuação ampla e transdisciplinar no tema da saúde, visando assim melhorar os indicadores de saúde do Estado.
15. Criar mecanismos que impeçam fraudes e desvios na gestão dos recursos de saúde.
16. Buscar parcerias com hospitais militares e universitários para aumento do número de vagas para a rede pública.
17. Investir nos programas de atenção básica de saúde da família, focando **na prevenção** às doenças.

2. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA/INOVAÇÃO - COM ÊNFASE EM ESCOLAS TÉCNICAS E NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Contexto Gaúcho sobre o tema: a educação é o direito social, por isso o serviço público de maior destaque hoje no mundo. É o instrumento de emancipação do cidadão, a partir do qual ele pode se qualificar para entrar no mercado de trabalho e assim poder servir à sociedade, retirando seu sustento de maneira digna e funcional.

De acordo com a Constituição do Estado, o Governo deve investir 35% da receita líquida de impostos em educação. Esse percentual no ano passado foi de apenas 25,7%. O Estado do Rio Grande do Sul descumpriu com a obrigação constitucional que lhe era devida. De acordo com o Censo Escolar 2021, o número de matrículas na rede estadual de ensino teve queda. Foram cerca de 43 mil matrículas a menos, o que representa queda de 5,4%. A média de queda no Rio Grande do Sul ficou bem acima da nacional, que fechou em 1,2%. Outro dado preocupante é quanto à diminuição do número de instituições, que vem caindo anualmente. Em 2021, foram registradas 2.386 escolas estaduais, quando em 2020 eram 2.410, ou seja, uma redução de 24 escolas (-1%). De 2016 a 2021, verificou-se o fechamento de 171 escolas da rede no RS. A gestão governamental de 2019-2022 ainda extinguiu mais de 40 mil matrículas no EJA, de 2019 à 2021, foram -56% de oferta de vagas nessa modalidade. Atualmente, dos 497 municípios gaúchos, apenas 18 contam com oferta do NEEJA. Muitos prédios escolares estão sucateados, com alarmante descaso nas redes elétricas, com vidros, cadeiras e lâmpadas quebradas e seus terrenos estão tomados pelo mato, revelando para os jovens e crianças que **educação não foi prioridade até o momento**. Em novembro de 2019, os educadores gaúchos deflagravam uma das maiores e mais simbólicas greves da história do CPERS, em razão das propostas do plano de carreira do magistério. O atraso nos salários se arrastou e a quitação total da folha de abril de 2020, por exemplo, foi paga em junho/2020. A folha somente foi colocada "em dia" em razão do estancamento do pagamento da dívida com a União, e com os repasses do Governo Federal para crise gerada pelo COVID. E o ensino técnico profissionalizante, tão importante que é no cenário econômico e educacional? Recebeu apenas o incentivo básico para sua manutenção. Recentemente, uma enxurrada de críticas ao Governo do Estado marcou a audiência pública da Comissão de Educação sobre a redução de carga horária das disciplinas de Educação Física, Sociologia, Filosofia e Língua Espanhola no novo Ensino Médio, que está sendo implantado nas escolas estaduais. Em suma, a forma como a educação é levada pelos Administradores Públicos assemelha-se a um ataque franco ao direito constitucional de tê-la com qualidade, e aos sonhos de dezenas de milhares de jovens e adultos.

O que fazer? Agir de acordo com a Constituição, no sentido de que os Governos Estaduais são primariamente responsáveis pelo Ensino Médio, ainda que também estejam aptos a promover o ensino nos demais níveis, de modo que vamos investir no **Ensino Técnico e Profissionalizante** para o desenvolvimento da economia e inserção mais rápida dos jovens no mercado de trabalho. Estudos e experiências internacionais comprovam a importância deste investimento. Os países mais ricos possuem consciência da importância do ensino médio profissionalizante. Na Alemanha 51,5% dos jovens fazem ensino técnico, na Áustria 76,8% e em Portugal 38,7%. No Brasil, infelizmente, o investimento ainda é muito baixo, pois menos de 9% dos alunos do ensino médio cursam o modelo profissionalizante. Além de reduzir a evasão escolar, o ensino profissionalizante aumenta a renda e a chance de empregabilidade, contribui para a redução da criminalidade, evitando, assim, que se gaste com presídios aquilo que poderia ser investido em educação.

Como fazer?

1. Reformar as escolas com apoio financeiro de empresas, cooperativas, bancos e PPP's (parcerias público-privadas).
2. Priorizar escolas técnicas: dinamizar e incentivar apoio ao SESI e SENAI, entre outros.
3. Aumentar vagas em creches para facilitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.
4. Criar programas para despertar nas crianças a curiosidade sobre questões do campo, mostrando benefícios de frequentar a sua escola e criando círculo virtuoso da educação na atividade agrícola.
5. Desenvolver políticas de inovação e apoiar clusters tecnológicos de setores econômicos, como agrotech e automação.
6. Estabelecer cooperação entre UERGS, FAPERGS e iniciativa privada, para investir em tecnologia para negócios, aproveitando a pujança do setor para rentabilizar a matriz econômica do Estado.
7. Utilizar espaços que hoje estão ociosos nas universidades estaduais para fomentar a produção científica estratégica trazida pelas STARTUP'S, visando registros de novas patentes, o

protagonismo nos jovens, geração de empregos e aumento da produtividade que lançará o Estado em direção ao futuro.

8. Realizar reforma pedagógica das escolas estaduais, com foco em disciplinas básicas e tecnológicas.

9. Expandir a rede de escolas profissionalizantes inspirada nos modelos de maior sucesso no país, em parceria estabelecida entre o Estado do Rio Grande do Sul e a iniciativa privada, para a oferta de qualificação técnica no ensino médio, oferecendo formação aplicada às necessidades atuais do mercado de trabalho, com foco nas empresas que investirem no projeto.

10. Reforçar e ampliar o ensino integral e a construção de um currículo em consonância com os setores econômicos do Estado, de forma a reduzir a evasão que recai sobre o ensino médio, oferecendo qualificação e experiência aos jovens.

11. Investir na segurança de professores e alunos dentro e fora da sala de aula.

12. Implantar programa de formação continuada de professores, com parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e UERGS, capacitando-os para o melhor desenvolvimento de suas atividades educacionais.

13. Melhorar progressivamente a infraestrutura tecnológica das escolas estaduais.

14. Desenvolver ações de alfabetização para jovens e adultos, especialmente nas regiões onde a taxa de analfabetismo é maior no Estado.

15. Estabelecer a cooperação entre UERGS e iniciativa privada, visando o desenvolvimento de inovação, ciência e tecnologia no Estado.

16. Utilização do contraturno das escolas da rede estadual para realização de atividades sociais, culturais, desportivas e cursos de ensino técnico profissionalizante.

17. Reestruturar a gestão de concessão de bolsas de estudo, de modo a atrair pesquisadores e projetos de excelência e de interesse do Estado.

18. Criar programa permanente de fomento à cultura, que tenha dentre seus critérios a redução das desigualdades territoriais, a democratização do acesso e da produção artística nas regiões, reconhecendo o papel da cultura na promoção da cidadania.

19. Resgatar nossas universidades estaduais, com reposicionamento das suas prioridades, de forma a também termos como prioridade a produção científica de cunho tecnológico, para produção de patentes e aumento da produtividade da nossa economia.

20. Incentivar a pesquisa e iniciação científica.

3. SEGURANÇA, PACIFICAÇÃO SOCIAL E JUSTIÇA

Contexto Gaúcho sobre o tema: ineficiências, equipamentos precários, poucos serviços de inteligência, políticas sem avaliação e uso de dados, extenuada integração entre instituições e ação preventiva longe de atingir seu potencial. Os dados preocupam. À exceção do homicídio doloso, todos os crimes tiveram aumento de ocorrência nos últimos anos. Nossa Brigada está desestimulada, e a Polícia Civil não possui os instrumentos e a tecnologia mais moderna de investigação à disposição, principalmente em comparação com outros estados. Há uma verdadeira carência de um projeto de política pública real de combate à criminalidade.

O que fazer? Agir concretamente para que a segurança pública volte a ser “caso de polícia”, e não mais caso “de política”, como tem sido nos últimos anos. É preciso uma maior atenção policial a fim de tornar nulo o retorno lucrativo daqueles que comercializam produtos roubados. Por exemplo: realizando maior fiscalização nos mercados ilegais. O lucro produzido a partir do crime organizado, que entra novamente no mercado através da lavagem de dinheiro, deve ser rastreado, revelando toda a cadeia criminoso que o produz. É preciso promover também a participação social no tema segurança pública, bem como, dar maior e efetiva proteção à mulheres e crianças vítimas de crimes.

Como fazer?

1. Promover a participação da sociedade através dos CONSEPROS.
2. Ampliar a legislação do PISEG para investimentos na infraestrutura da Polícia Civil e Brigada Militar.
3. Investir na qualificação e treinamento prático dos servidores da Segurança Pública (principalmente no interior).
4. Investir na integração de todos os órgãos da Segurança Pública do Estado (**serviço de inteligência** no combate ao crime, principalmente nas fronteiras).
5. Aprimorar, em conjunto com a Assembleia Legislativa, projetos que promovam o abrigo de mulheres e crianças vítimas de violência, e apoiar campanhas periódicas e efetivas contra violência doméstica e o feminicídio.
6. Reduzir o benefício do crime, para que o criminoso não tenha a quem vender o objeto roubado ou furtado, e assim o crime passe a "compensar" menos. Dar maior atenção as investigações daqueles que comercializam o produto do crime, para dificultar a reinserção no mercado bens ilicitamente subtraídos.
7. Compor um Gabinete de Segurança Pública permanente, composto pelo Governador, pelo Chefe da Polícia Civil e pelo Comandante-Geral da Brigada, e pelo Secretário de Segurança do Estado. Eles serão responsáveis pelas decisões conjuntas e o bom relacionamento entre as forças policiais, organizando de modo complementar suas ações e responsabilizando localmente os agentes de comando pelos resultados obtidos no combate e investigação criminal, bem como sobre os índices de segurança pública.
8. Elaborar um plano de regionalização, às "regiões de segurança pública" que integre verdadeiramente os batalhões da Brigada Militar com as delegacias de Polícia Civil, com uma delegacia e um batalhão em permanente diálogo na região, aproximando as instituições para maior uniformidade e colaboração entre todos.
9. Valorizar as delegacias especializadas, que não se submeteriam à regionalização, por conta das suas características próprias, mas também em contato permanente com a Brigada, tal como as delegacias comuns.
10. Efetivar um modelo de "Força Tarefa" envolvendo Justiça, Ministério Público e Polícia Federal, tanto para o combate ao tráfico quanto ao combate à corrupção, e principalmente combatendo a lavagem de dinheiro do fruto do crime.
11. Efetivar um trabalho conjunto de cooperação entre Brigada, Polícia Civil; Exército, PRF e Polícia Federal para impedir a entrada de drogas e armas ilegais no Estado.
12. Revisar a estrutura de cargos e promoções, para dar maior agilidade e meritocracia nas promoções.
13. Criar convênio entre as unidades de treinamento da Brigada Militar e as prefeituras municipais que quiserem armar a Guarda Municipal em suas respectivas localidades, de forma a garantir segurança na ação dos agentes junto à população civil, aumentando o contingente armado do policiamento ostensivo do Estado.
14. Efetivar trabalho e estudo para os presos, com a criação de parcerias com a iniciativa privada, gerando verdadeira ressocialização.
15. Criar uma força-tarefa da desburocratização, para analisar toda a legislação Gaúcha em busca de leis inúteis, redundantes ou encarecedoras da atividade empresarial e propor, junto à Assembleia do Estado, a sua revogação.

4. INFRAESTRUTURA

Contexto Gaúcho sobre o tema: a questão de infraestrutura e obras está totalmente desorganizada na atual estrutura governamental gaúcha. Temos um grande número de obras paralisadas e no papel, com a necessidade de investimento em um período de grave crise fiscal, o que ensejará muita imaginação e coragem para transformar essas obras em realidade. O déficit habitacional, de acordo com números oficiais do Governo gaúcho (de 2018), é de mais de 250

mil residências, e precisa ser equacionado. Na área da energia, a venda da CEEE, embora acertada, foi feita de maneira açodada e pouco profissional, gerando prejuízos aos consumidores já no seu primeiro ano. Não existe planejamento de investimento de tecnologia nas cidades. O Estado possui uma Agência Reguladora que fiscaliza e regula todos os serviços delegados do Rio Grande do Sul, sem nenhuma estrutura para tal. Com a concessão da energia e a futura do saneamento, como tal agência poderá suportar tamanha carga de trabalho sem especialização? Enquanto isso outras estruturas e empresa se sobrepõem gerando custos dobrados.

O que fazer? **Agir** na reorganização da infraestrutura gaúcha, atraindo investimentos privados. Reestruturar as governanças interfederativas gaúchas, servindo de base para a organização e concessão de serviços de saneamento, mobilidade e telecomunicação 5G, além das tecnologias de cidades inteligentes.

Como fazer?

1. Junto com o Governo Federal, buscar investimentos para ferrovias, hidrovias, portos e rodovias.
2. Desenvolver o Programa PIAA (Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico).
3. Asfaltar rodovias e criar rotina de manutenções.
4. Retomar o cronograma e a gestão das grandes obras estruturantes do Estado, em parceria com a iniciativa privada.
5. Integrar os diferentes tipos de modais a serviço da mobilidade do gaúcho, atualizando o plano de mobilidade estadual.
6. Promover a revisão e fiscalização de todos os contratos de concessão de rodovias pedagiadas, para que haja total conforto e qualidade para o usuário.
7. Criar de governanças interfederativas plenas (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões) que servirão: (i) como base de organização da mobilidade local, (ii) como promotoras de um grande programa de facilitação de instalação da infraestrutura do 5G.
8. Criar o programa "energia gaúcha", com o objetivo de fazer do Rio Grande do Sul o estado com a maior, mais abundante e mais barata ofertante de energia do Brasil, através das mais variadas fontes de energia, atraindo indústrias, comércio e serviços para o Estado.
9. Reestruturar o programa habitacional que envolva a facilitação de acesso ao crédito imobiliário, investimento a fundo perdido com recursos provenientes da venda de imóveis do Estado, desburocratização do acesso e uso do solo para construções, entre outras facilidades para zerar o déficit habitacional do Estado.
10. Tornar novamente salutar e coerente a organização da infraestrutura no Governo do Estado, concentrando suas competências numa única secretaria.

5. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contexto Gaúcho sobre o tema: os números da gestão estadual são os piores possíveis. A dívida pública total do Estado é de aproximadamente 80 (oitenta) bilhões. De acordo com a SEFAZ/RS, 86% da dívida corresponde ao contrato de refinanciamento com a União Federal, cujo pagamento encontra-se suspenso desde 2017 por liminar. A relação da dívida consolidada líquida frente à receita consolidada líquida é de 212,95%, acima dos 200% permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A receita total do Estado para 2021 foi de R\$ 73,5 bilhões, o que é uma receita anual menor do que a atual dívida, sendo essa receita aumentada artificialmente por aportes da União no combate à pandemia. A fraca arrecadação de ICMS, mais importante receita pública estadual, tenderá a diminuir frente à Lei Complementar 194/22, que impôs um teto de ICMS a certos produtos essenciais. Ao invés de se ingressar com uma ação para compensar as perdas de arrecadação do Estado com a Lei Complementar através do abatimento da dívida do RS com a União, se tentou declarar a LC inconstitucional para voltar a valores junto ao consumidor gaúcho. O atual número de 26 secretarias de estado, além de um incontável número de entidades da administração indireta revela inchaço da máquina e ineficiência para fazer mais, com menos, e isso precisa ser revisto.

O que fazer? Agir concretamente para resolver esse problema crônico, onde a máquina pública será gerida de maneira técnica, buscando o aumento da arrecadação através do aumento da atividade econômica e rigor no combate à evasão fiscal, evitando a concorrência desleal e proporcionando a redução da carga tributária. Haverá especial esforço na regularização de cidadãos e empreendedores junto ao fisco estadual, por intermédio de planos inteligentes de pagamento de tributos em atraso. Várias outras medidas precisam ser adotadas, no sentido de aumentar a receita pública, reduzir a despesa pública e alongar a dívida de longo prazo, em especial o corte de cargos em comissão e a diminuição do número de secretarias.

Como fazer?

1. Automatizar os processos administrativos e financeiros, visando agilidade e exatidão.
2. Simplificar processos burocráticos.
3. Centralizar ao máximo as secretarias no Centro Administrativo, liberando prédios alugados.
4. Criar o programa de qualidade "Conquistando a Perfeição no Atendimento ao Cidadão", demonstrando à sociedade a melhoria dos serviços públicos.
5. Buscar reduzir a carga tributária de outros tributos estaduais, resgatando a competitividade do estado, estimulando o empreendedorismo e a geração de empregos, sempre atrelado ao corte de gastos, respeitando-se a austeridade fiscal estadual, de forma que também se aumente a arrecadação tributária através da expansão da base de incidência.
6. Revisar a maioria dos cargos de chefia, para verificar sua real necessidade, e para que quando necessário, sejam ocupados por funcionários concursados de carreira, já existentes e à disposição, garantindo assim real tecnocracia e meritocracia na administração pública estadual.
7. Gerir o orçamento do Estado por centro de custo, evitando o desperdício.
8. Revisar as políticas de preço mínimo de custo nas licitações estaduais, normalmente estipulados muito acima do preço que possivelmente seria obtido em licitações amplas, o que hoje prejudica o erário público.
9. Manter um estrito compromisso de não se gastar mais do que se arrecada e evitar ao máximo a criação de restos a pagar.
10. Elaborar leis orçamentárias que estejam efetivamente vinculadas à realidade fiscal do Rio Grande do Sul, sem invenção de receitas que não se mostrarem realísticas.
11. Reduzir drasticamente o número de cargos comissionados, bem como o número de secretarias atualmente existente.

6. AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO

Contexto Gaúcho sobre o tema: não existe no Estado hoje, uma a definição clara e tampouco uma delimitação metodológica das atividades que constituem o agronegócio. Inexiste um Centro de Estudos Avançados como referência na produção de estatísticas para o agronegócio gaúcho capaz de mapear corretamente suas principais cadeias produtivas. Ao longo das últimas décadas, em um contexto de acelerado crescimento da demanda externa e intensas transformações tecnológicas e institucionais na agricultura brasileira, o setor constituiu-se em importante fonte de dinamismo para a economia nacional. No nosso Rio Grande, a estrutura fundiária (modo de distribuição e organização das propriedades agrárias) varia significativamente em termos regionais. Dentre os estabelecimentos agropecuários do Estado mapeados pelo Censo Agropecuário 2017, mais de 60% possuíam menos de 20 hectares. Em conjunto, esses estabelecimentos ocupavam apenas 8,6% da área agropecuária. O último censo identificou um movimento de concentração fundiária e de aumento da área média dos estabelecimentos agropecuários. Houve uma redução de 19,4% no número de estabelecimentos com menos de 50 hectares, ao passo que a frequência dos estabelecimentos de porte superior cresceu 5,1%, dados estes, que são desfavoráveis ao desenvolvimento do setor. As exportações do agronegócio do Rio Grande do Sul registraram queda de 44% no valor e 57% no volume comercializado na comparação entre maio de 2021 e o mesmo período de 2022. No total, o estado teve retração

de 61% no valor e 86% no volume. Contrariando a tendência geral de crescimento, a carne suína foi o produto com maior redução absoluta (menos US\$ 63,3 milhões; -37,7%). Na indústria do fumo, o primeiro trimestre de 2022 também apresentou menores volumes. Desde a pandemia, observa-se um desajuste sazonal nas exportações gaúchas do setor, associado ao alongamento da janela de processamento do tabaco. Assim como a soja, a exportação do fumo realizada no primeiro trimestre ainda reflete a disponibilidade de produto da safra passada e a quebra na produção em 2022 também se refletirá nos embarques dos trimestres seguintes. Os principais destinos das exportações do agronegócio gaúcho no primeiro trimestre de 2022 foram: União Europeia (19,8%), China (17,7%), Arábia Saudita (5,1%), Indonésia (4,7%) e Estados Unidos (4,7%). Esses destinos concentraram 52,0% do valor exportado no trimestre. Em relação à tecnologia no setor, em 2021, a Embrapa realizou um mapeamento das Agtechs no Brasil e a pesquisa identificou um total de 1.574 empresas, sendo que no Rio Grande do Sul estão apenas 124, 7,9% dessas empresas. Há um amplo, porém disputado, espaço para a oferta de novas soluções tecnológicas para o setor. Toda essa dinâmica merece ser revisitada para elevar os números e patamares da nossa agricultura e agronegócio.

O que fazer? Agir concretamente para garantir subsídio financeiro e implantação de suporte técnico para o cultivo variado, e suporte técnico ao licenciamento ambiental visando ampliar os negócios. Cuidar do conjunto das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; do armazenamento, do processamento, da industrialização e da distribuição dos produtos agrícolas. Fomentar a produção de insumos e de bens de capital (fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas), incentivar a indústria de transformação de matéria-prima agropecuária (alimentos, biocombustíveis, fumo), e as atividades especializadas em oferta de serviços agropecuários e em armazenagem, distribuição e comercialização dos produtos do agronegócio.

Como fazer?

1. Turbinar o FUNDOPEM para agroindústrias que agregam valor.
2. Incentivar a produção de energias renováveis: álcool anidro, entre outros.
3. através do BADESUL/BANRISUL dar prioridade para agroindústrias e modernização da produção.
4. Incentivar o desenvolvimento de tecnologias modernas para sermos exemplo para o mundo, ampliando o já disputado espaço para a oferta de novas soluções tecnológicas para o setor.
5. fomentar a proliferação de pequenas empresas desenvolvedoras de novas tecnologias aplicadas ao setor, Agtechs.
6. incentivar a oferta de novos produtos e serviços diferentes dos tradicionalmente ofertados pelos grandes players do setor.

7. EMPREGO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO

Contexto Gaúcho sobre o tema: o número de desempregados no Rio Grande do Sul encontra-se em 7,5% da sua população ativa. A infraestrutura do Estado está arcaica e colapsada. Não há atenção e políticas públicas para com a indústria tradicional, a agroindústria, o setor de comércio e serviços e, também com o turismo. A intervenção estatal no fechamento do comércio e dos serviços durante a pandemia do COVID gerou uma quebra coletiva, não havendo nenhuma preocupação com a economia durante essa crise. A situação é de calamidade, exigindo a saída da inércia. Falta qualificar nossa mão-de-obra e gerar facilidade de abertura de empresas e geração de emprego e renda. O empresariado gaúcho precisa de profissionais técnicos nas mais variadas funções, simples e complexas.

O que fazer? Agir para gerar emprego como a grande saída. Nossa missão será levar o Rio Grande do Sul ao desenvolvimento sustentável, através da inovação, incrementando os setores econômicos tradicionais, e sobretudo atrair novos investimentos, adensando cadeias produtivas e superando desigualdades regionais. A recuperação da economia será um importante fator de geração de renda. Entretanto, é preciso que o próximo Governo atue dando as condições necessárias para uma recuperação consistente. Com a retomada da atividade econômica se

buscará também na iniciativa privada aportes importantes de recursos e investimentos, criando, assim, um cenário favorável de desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Como fazer?

1. Dinamizar a aprovação de projetos (modificar a legislação para acelerar novos empreendimentos com aprovação automática por decurso de prazo).
2. Priorizar escolas de Ensino Técnico para acelerar o primeiro emprego e qualificar a mão de obra.
3. Desenvolver programas para retenção da mão de obra jovem e especializada dentro do Rio Grande do Sul.
4. Apoiar clusters de setores econômicos: eletroeletrônico; couro-calçados; metal-mecânico; petroquímica; madeira-celulose-moveleiro; saúde; transportes-automotivo-implementos rodoviários; varejo e serviços.
5. Aplicar práticas de gestão ágeis e modernas, abandonando burocracias desnecessárias.
6. Fortalecer a confiança das empresas no Governo de modo a alocarem investimentos no Estado.
7. Estimular as exportações e reduzir as importações, tanto nacionais como internacionais.
8. Reduzir o tamanho da máquina administrativa e ampliar sua presença a partir de estruturas enxutas, voltadas para assegurar a qualidade e a eficiência do serviço entregue ao cidadão.
9. Promover seminários e cursos para capacitação dos cidadãos ao empreendedorismo e geração de empregos, em parceria com a OAB e Conselhos de Contabilidade ampliando a atuação do SEBRAE.
10. Criar, em parceria com o Governo Federal e as prefeituras, pelo menos um "Centro do Empreendedorismo e Cidadania" em cada município do Estado, onde os empreendedores e cidadãos poderão requerer documentos e licenças para si próprio, como pessoa física, e para suas pessoas jurídicas com agilidade.
11. Foco na ampliação do acesso ao crédito para micro e pequenos empresários, principalmente através da ação do sistema financeiro.
12. Executar a política estadual do turismo para fomentar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda.
13. Fortalecer o Estado como destino nacional e internacional, ampliando os fluxos turísticos e a permanência de visitantes, não só valorizando a já tradicional Serra Gaúcha, como também investindo no resgate do nosso litoral e promovendo turismo ecológico e agropecuário no interior e cultural e histórico na nossa capital.

8. IRRIGAÇÃO

Contexto Gaúcho sobre o tema: as estiagens cíclicas no Rio Grande do Sul são a causa de grandes prejuízos aos agropecuaristas e conseqüentemente ao Estado como um todo, comprometendo as lavouras gaúchas em sete a cada dez anos, com conseqüências negativas a produtividade dos grãos e a renda dos produtores. Produtores utilizam a irrigação como fator de salvamento dos plantios em períodos críticos, sendo que tal mecanismo deve galgar sua verdadeira importância que é de incremento na produção e na taxa de produtividade garantindo salvando colheitas. As necessidades hídricas por ciclo das principais culturas no Estado, soja e milho são de 400 – 800 mm conforme regiões fisiográficas onde se inserem as culturas irrigadas. Segundo estatísticas oficiais, até o ano de 2011 dos 429,9 mil estabelecimentos agrícolas existentes no RS **apenas 10,8 mil utilizavam algum tipo de irrigação** em lavouras de sequeiro, representando 2,51% do total. O sistema mais utilizado, ainda hoje, é o da irrigação por inundação, nas áreas de várzeas e direcionado a cultura do arroz. Esse sistema se mantém

estabilizado em 16 mil estabelecimentos rurais gaúchos, atingindo cerca de 1,2 milhões de hectares. É preciso encontrar outras formas de levar água à agricultura. Direcionar recursos para atenuar os efeitos da falta de chuva no Rio Grande do Sul é, **mais do que um investimento, uma necessidade.**

O que fazer? Agir para melhor utilizar os recursos naturais, desburocratizando licenças para abertura de canais, açudes e outros recursos, sem agressão ao meio ambiente, estabelecendo um sistema eficiente e justo de direitos sobre recursos naturais, gerando sustentabilidade no seu uso.

Como fazer?

1. Abrir açudes em parceria com produtores e municípios.
2. Investir em pequenas propriedades para viabilizar abertura de açudes e poços artesianos.
3. Investir em novas técnicas de irrigação.
4. Viabilizar construção de grandes represas e canais em parceria com governo federal.

9. METADE SUL

Contexto Gaúcho sobre o tema: a Metade Sul do RS é formada por 98 municípios do Sul do Rio Grande do Sul e pode ser subdividida em sete "sub-regiões", embora esse recorte territorial não esteja previsto em normativa de ordenamento territorial. A extensão total é de mais de 150 mil km² e a população chega aos 2,7 milhões de habitantes. É preciso se deter na problemática e estigmas que, há algumas décadas, disputam o sentido da diferenciação entre Metade Norte e Metade Sul do Rio Grande do Sul. O RS é marcado pela profunda desigualdade entre as metades norte e sul, que tem se agravado com o passar do tempo, o que merece ser estancado. A questão do "atraso no desenvolvimento" da Metade Sul do Rio Grande do Sul remonta aos anos 1990 e muito pouco se fez até o momento para reverter esse quadro. Foi a partir dali que nos debates sobre o desenvolvimento do estado formulou-se a tese da região "atrasada", empobrecida, agrária e "subdesenvolvida" do estado, em contraponto à metade norte, rica, industrializada e desenvolvida; desprezando-se o imenso potencial daquela região, que precisa apenas da presença de novos atores no jogo da economia regional. Existe projeto de lei (PLP-543/2018) que busca autorizar o Poder Executivo a instituir um Programa Especial de Desenvolvimento da Metade Sul do RS, porém, ainda em tramitação e sem implementação.

O que fazer? Agir para potencializar a redução do desequilíbrio econômico entre as diferentes partes do estado, e ajudar no crescimento de vários municípios, estimulando novos empreendimentos na região sul do estado, contendo o êxodo populacional. Estudar e buscar efetivas alternativas de desenvolvimento para a região. Concentrar enorme esforço de articulação política regional para que medidas específicas pudessem ser implantadas.

Como fazer?

Turbinar o FUNDOPEM para indústrias e agroindústrias, oliveiras/azeite de oliva, uvas e vinhos, cachaça e licores, doces e geleias, incentivar voos regionais, pousadas típicas e cultura campeira, produção de queijos e embutidos, fábricas de alimentos (enlatados, pepinos, ervilha, milho, pimentão, cebola e cenoura).

10. AGRICULTURA FAMILIAR

Contexto Gaúcho sobre o tema: com a realização do Censo Agropecuário em 2006 se viabilizou pela primeira vez, a obtenção de um retrato abrangente da agricultura familiar brasileira com base em estatísticas oficiais. Na edição de 2017, a última disponível para consulta pública, o IBGE atualizou os indicadores disponíveis, incorporando dimensões que adquiriram relevância nos últimos anos, permitindo avaliar com maior riqueza de detalhes o papel relevantíssimo que é desempenhado pela agricultura familiar na produção alimentar e no

processo de desenvolvimento socioeconômico gaúcho. O Censo Agropecuário 2017 identificou 293.892 estabelecimentos familiares, que abrangiam 5,476 milhões de hectares. Houve, contudo, redução no número e na área dos estabelecimentos agropecuários familiares do RS, segundo dados do IBGE 2009-2020. O aumento da busca de trabalho no meio urbano e a dificuldade de sucessão geracional na administração dos estabelecimentos agropecuários estão entre os principais fatores explicativos desse movimento, que precisam de um olhar governamental especial para quebra dessa dinâmica nefasta. A agricultura familiar é característica de 80,5% do total de estabelecimentos e responde por 72,2% do pessoal ocupado na agropecuária do RS. Esses números são muito relevantes, porém, os estabelecimentos familiares ocupam apenas um quarto da área total destinada à agropecuária gaúcha. Isso evidencia uma estrutura agrária extremamente concentrada. Segundo o Censo Agropecuário 2017, no RS, a área média dos estabelecimentos agropecuários familiares era de 18 hectares, e a dos não familiares era de 227 hectares. **Em 2017, a agricultura familiar foi responsável por 37,4% do valor da produção agropecuária gaúcha** e isso pode ser mais desenvolvido. **O RS é o quarto estado brasileiro com maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar.** No Censo também foram incorporadas informações sobre culturas da agricultura familiar no RS, tais como fumicultura, horticultura e fruticultura. O fumo aparece com a expressiva parcela de 95% da produção total gaúcha derivada da agricultura familiar, o que merece um olhar especial. Produtos como mandioca, produção leiteira, criação de suínos e aves, horticultura e fruticultura também provêm, em sua maioria, dos estabelecimentos familiares, assim como, em menor escala, a bovinocultura, a sojicultura e a triticultura. A produção dos estabelecimentos familiares é relevante e com isso, percebe-se a importância do setor no fornecimento dos produtos básicos da alimentação da população brasileira e mundial.

O que fazer? Agir concretamente para incentivar a agroindústria familiar a aumentar e diversificar sua gama de produtos, tais como panificados, embutidos, mel, derivados lácteos, vinhos e compotas, agregando valor. Buscar recursos para destiná-los tanto ao financiamento dos gastos de custeio quanto para o investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura, capacitação de jovens, bem como a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por potenciais beneficiários.

Como fazer?

1. Identificar potencial de desenvolvimento de novas culturas por regiões: flores, verduras, frutas, oliveiras, chás, sucos (uva e outros), peixes, camarão, rãs, etc.
2. Desenvolver e apoiar as pequenas agroindústrias.
3. Ampliar a renda do pequeno produtor, incentivando produção de novas técnicas de produtividade no campo e novos produtos, como oliveiras, queijos, e outros, inclusive para exportação.
4. Preparar os técnicos da EMATER com conhecimentos avançados e para um novo momento.
5. Agregar o conhecimento das atividades já desenvolvidas pela EPAGRI- SC e EMATER-MG, entre outras, para auxiliarem tecnicamente os produtores gaúchos.
6. Buscar com auxílio também da iniciativa privada, a disponibilização de linhas de créditos emergenciais aos produtores da agricultura familiar, com taxas de juros e prazos de desembolso diferenciados.

11. ASSISTENCIA SOCIAL E ESPORTE

Contexto Gaúcho sobre o tema: o Rio Grande do Sul vive uma situação de calamidade na área de desenvolvimento social, onde o Estado investe uma pequena parte do seu orçamento. Situação que foi agravada pela grave crise econômica gerada pela Pandemia e que impactou especialmente na economia e nos postos de trabalho, deixando milhares de famílias em situação de vulnerabilidade. No momento em que a população mais precisou de apoio, o Governo se mostrou despreparado. Programas sociais importantes, geridos pelo Estado, foram abandonados ou negligenciados. O orçamento estadual da área sofreu sérios cortes. O grave quadro de crise sistêmica tem deixado a população do Estado sem nenhuma perspectiva e tem impactado

especialmente os mais jovens, os primeiros a sucumbir pela violência ou pela tentação do crime. Para reverter esse quadro é preciso uma abordagem transversal e multidisciplinar, tendo atenção especial à questão do Desenvolvimento Social articulada com as demais áreas, inclusive do esporte para promoção da inclusão social.

O que fazer? Agir concretamente para garantir ao cidadão gaúcho em risco ou vulnerabilidade social o acesso aos Direitos Sociais Básicos.

Como fazer?

1. Investir maciçamente na criação de postos de trabalho, tendo o emprego como uma grande saída.
2. Apoiar o trabalho comunitário: hortas comunitárias, plantio de flores, mudas de árvores, incentivos ao artesanato, viveiros comunitários para fornecer mudas às escolas, praças e parques.
3. Implementar política estadual de esporte para contraturnos nas escolas.
4. Promover a inclusão social através do esporte.
5. Definir e executar políticas claras e objetivas de proteção à vulnerabilidade pessoal e comunitária, enfrentamento à pobreza, inclusão social e acessibilidade a quem mais precisa, acesso ao mundo do trabalho, emprego e renda e defesa dos direitos humanos.
6. Desenvolver e colocar em prática políticas de respeito, valorização e proteção da mulher, da criança e do idoso.
7. Criar ferramentas em conjunto com a sociedade para um programa de fornecimento de bolsas de estudo aos jovens em situação de risco, atreladas à recuperação escolar do jovem e, principalmente, à sua formação profissionalizante a ser prestada pela própria rede de ensino.
8. Promover e apoiar as iniciativas de organizações da juventude, como o Movimento Escoteiro, facilitando o uso e acesso das estruturas físicas do Estado, em especial as escolas, nos finais de semana, para que todas as iniciativas possam se desenvolver em espaço adequados e tenham local para acondicionar seu material.
9. Promover ações de esportes e cultura voltadas à juventude aproveitando as estruturas já existentes, reformando-as quando necessário.

12. DESPERDÍCIO ZERO

Contexto Gaúcho sobre o tema: o Rio Grande do Sul precisa adotar um programa efetivo de desperdício zero na gestão. Cada centavo importa. A desburocratização da máquina pública é o único caminho para qualificar os serviços.

O que fazer? Agir concretamente para que, desde o início da gestão, se aposte em uma equipe mais enxuta e competente que prioriza o atendimento dos interesses públicos, tornando o Governo mais eficiente e comprometido com os gaúchos, engajando-os em seus projetos.

Como fazer?

1. Racionalizar e modernizar seus setores e programas.
2. Analisar e viabilizar a venda de inúmeros imóveis fora de uso, otimizando gastos e produzindo renda;
3. Reduzir o número de carros e controle da quilometragem e consumo da frota do Estado.
4. Promover controle rigoroso de todas as despesas.
5. Concentrar administração no centro administrativo, liberando prédios alugados.
6. Estabelecer uma divisão do estado em 15 regiões, nas quais o governador passará de 90 em 90 dias em todas elas, acompanhando as obras e ouvindo as lideranças, garantindo sua presença constante junto ao povo gaúcho.

CONCLUSÃO

O Rio Grande do Sul precisa de uma mudança de rumo, mas com base em uma liderança forte, austera e sem compromissos com agentes políticos antigos e agendas políticas estranhas aos reais interesses coletivos dos gaúchos. O atual Governo perdeu legitimidade e credibilidade, extremamente necessárias para tirar o estado do atoleiro, e principalmente para negociar os termos do acordo de Recuperação Fiscal, depois de ter aberto mão de ação judicial que discutia os critérios e valores reais DA IMENSA DÍVIDA, sem nada discutir com a sociedade civil gaúcha.

É preciso, de plano, ter como principal pilar administrativo o respeito com o dinheiro do pagador de impostos. **É preciso** ter em mente que o recurso disponível para o uso dos governantes custou caro para aqueles que trabalharam honestamente para conquistá-lo, e tiveram que dividi-lo com o Governo, é o suor de seu povo. **É preciso** força para que se caminhe em direção à uma menor interferência do estado e maior liberdade ao indivíduo, diminuindo o tamanho da máquina pública, e aumentando sua eficiência. **É preciso** saber como acabar imediatamente com a cultura da reclamação de que “não há recursos suficientes” e conter a evolução desenfreada dos gastos governamentais. **É preciso** ser capaz de impor limite ao mal gasto da máquina pública e usar os recursos nas áreas que realmente impactam a qualidade de vida das pessoas, sendo a mensuração dos resultados uma prerrogativa para os gastos públicos. O péssimo e o ruim não podem virar padrão aceitável, como vem ocorrendo. **É preciso** levar a população pelas mãos, para ver que somente um Governo renovado e que não tenha compromisso outro, que não com o coletivo, é que terá legitimidade advinda das urnas, para mudar esse cenário e resgatar a dignidade e o sorriso do povo gaúcho.

Por isso, a Coligação PSC-Solidariedade-Agir apresenta a candidatura de ROBERTO ARGENTA com uma alegria muito grande, e com a certeza de que está apresentando um projeto real de mudança.

Convidamos todos os nossos concidadãos a focar no EMPREGO QUE GARANTE O PRESENTE E NA EDUCAÇÃO PARA GARANTIR O FUTURO.

Venha conosco, **PENSAR ESTRATEGICAMENTE, AGIR CONCRETAMENTE e a AVANÇAR 40 ANOS EM 04!!**